

Choque entre privado e coletivo

» ANA POMPEU
» LUIZ CALCAGNO

Em um curto período de tempo, pelo menos três eventos no Distrito Federal chamaram a atenção por um aspecto em comum: o conflito entre os interesses particulares e os comunitários. Há duas semanas, a mobilização da comunidade da Quadra 104 do Sudoeste contra a **revitalização** de uma quadra de esportes tornou-se pública. Dias depois, circularam pela internet as reivindicações de uma associação de moradores contrária à realização de eventos no calçadão da Asa Norte. Eles também pedem o cercamento da área. Na 204/205 Sul, a construção de uma creche do governo virou polêmica. Diante disso, um abaixo-assinado surgiu em resposta ao pedido pela restrição do calçadão.

A petição pública, que até ontem tinha 4,6 mil assinaturas, é resultado de um debate promovido em 28 de janeiro na Administração de Brasília sobre o uso dos espaços públicos em eventos culturais. O título do documento online não esconde o objetivo do grupo: "Atenção, Brasília, o espaço público é público". A discussão sobre a destinação da orla na Asa Norte, no entanto, não se limita ao tema específico. Ela se estende aos outros episódios e abre o debate sobre os limites do que é privado e do que é coletivo.

Para o economista e um dos responsáveis pelo PicNik no Calçadão, a briga é ainda maior. "A partir do momento em que começamos a misturar classes, gêneros, cores, você legitima a presença desses grupos, antes confinados em espaços ou horários reduzidos pelo DF. Isso incomoda. É um sentimento comum na sociedade moderna, a mixofobia", avalia. Para ele, há uma tensão entre o futuro e o passado de Brasília. "A população está aprendendo a ocupar a cidade. Tem uma parcela que acredita no verde bucólico, mas sem vida. Mas há um movimento para trazer vida para a cidade, que bate de frente com essa visão conservadora", completa.

Os produtores do evento contam com o apoio da Administração de Brasília. "Fizemos um esforço, quando construímos o calçadão, para democratizar o acesso da população ao lago, hoje ocupado por donos de mansões e clubes", argumenta o administrador Messias de Souza. "Não podemos nos esquecer de que moramos em uma metrópole e que Brasília é o centro. Com isso, há pressão de atividades, eventos, ações que movimentam a cidade. Ocupando os espaços é que os preservamos", analisa. Para Messias, é preciso dialogar com as comunidades, em busca de um consenso. "Não podemos defender soluções simplistas de cercar ou proibir logo de cara", arremata. Assim como promoveu uma reunião

Monique Renne/CB/D.A Press



Associação de Moradores da Orla do Lago Norte quer normas para o uso do calçadão, impedindo o acesso ao estacionamento a partir das 22h

Iano Andrade/CB/D.A Press - 17/1/14



Na 104 do Sudoeste, moradores barraram reforma de quadra de esportes

Obra suspensa

Um grupo de moradores da Quadra 104 do Sudoeste, inusitadamente, pediu à Administração Regional que interrompa as obras de revitalização de uma quadra de esportes pública localizada em frente ao Bloco D. Eles alegam que a restauração vai tirar o sossego dos moradores, com aumento de barulho em função do uso do espaço por peladeiros. Iniciada na primeira quinzena de janeiro, a obra acabou suspensa temporariamente por causa do impasse.

para tratar da polêmica do deck da Asa Norte, a Administração deve convocar um encontro sobre a construção da creche na Asa Sul.

Destinação

Presidente da Associação de Moradores da Orla do Lago Norte, Benedito Antônio de Sousa garante que não tem a intenção de impor limitações ou proibições de acesso. Ele reclamou, no entanto, que, na opinião do grupo, a área sofre mudança de destinação no uso quando vira ponto de eventos. "O calçadão se tornou conhecido e virou palco de eventos que não são culturais, mas, sim, comerciais, pois têm venda de comida e de bebida. Trata-se de uma área pública sem norma de utilização e isso vem nos causando prejuízos. Jovens usam o estacionamento para colocar música alta e ninguém respeita o horário estipulado para término

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 28/1/14



Construção de creche na 204/205 Sul provocou revolta de alguns vizinhos

de eventos", reclama.

Benedito propõe que pelo menos o acesso ao estacionamento seja impedido a partir das 22h. Ele ressalta que "o calçadão não é um local de eventos barulhentos, de reunião de grupos organizados, pois estão tirando o sossego da comunidade". "Quando propomos o cercamento, queremos normatizar, controlar um pouco mais, para que o local tenha, inclusive, segurança. Não há necessidade de fechar o calçadão propriamente. Mas, gostaríamos que o movimento de veículos e os encontros não acontecessem", conclui.

O funcionário público João Henrique Maciel Santos, 56 anos, é morador da Octogonal. Ele acredita que a abertura dos espaços públicos melhora a vida em sociedade. "Eles podem fiscalizar as festas, garantir a lei do silêncio. Mas cercar, limitar o uso?", questiona. Usuário do calçadão, ele defende o local como o último

refúgio de acesso direto, fácil e gratuito ao Lago Paranoá. "Esse espaço existe para o lazer da população e limitar o horário de uso é um absurdo. Frequento aqui há 25 anos", afirma.

Antidemocrático

Ainda dentro dessa ideia de ocupação da cidade, a construção de uma creche na entrequadra da 204/205 Sul virou assunto entre os moradores e, mais tarde, nas redes sociais e além delas. A Secretaria da Mulher se posicionou publicamente sobre o assunto. Preocupada com a situação das trabalhadoras que não têm onde deixar os filhos, a secretária Olgamir Amancia se disse contra qualquer movimento no sentido de inviabilizar a construção da unidade. "Elas (creches) são instrumentos de autonomia e de emancipação da mulher, que pode voltar a trabalhar e a estudar", defende. "Sem creches públicas,

CARA A CARA

FREDERICO FLÓSCULO,
professor de urbanismo da UnB

"Em todos os casos, a vizinhança urbana tem que ser defendida não somente pelo governo, mas por todas as outras comunidades. No caso da creche, a comunidade tem razão em arguir o governo sobre a destinação de uso. Essas áreas da superquadra devem ser objeto de estudo de impacto de vizinhança. Ela deve ser consultada e pode dar alternativas que vão ao encontro de suas necessidades e demandas. A creche pode não ser útil do ponto de vista da comunidade. O caso do deck da Asa Norte também exige a questão do impacto de vizinhança. Mas tem outra questão que diz respeito à cultura comunitária da península norte. Os moradores defendem o isolamento do conjunto urbano de Brasília. Mas temos que respeitar. O governo tem que ser um grande convencido, mas nunca passar por cima."

LIA ZANOTTA,
professora de antropologia da UnB

"Tudo em Brasília favorece o espaço público, como os pilotis. Mas tem muita gente que, do ponto de vista do morador, quer fechar o espaço público e tornar tudo um condomínio. O que está em jogo é a continuidade desse espaço público — que, na minha opinião, deve ser mantida. Usa-se muito a questão da segurança pública quando, na verdade, o cercamento não é a resposta. Claro que o espaço não pode ser usado indiscriminadamente, sem obedecer a horários e níveis de ruído, mas, por outro lado, com a questão da segurança, você acaba produzindo uma discriminação social. A circulação de pessoas de todas as classes é importante, com os espaços mais abertos possível. Infelizmente, o medo da violência vem com o conceito de que toda a classe da periferia é perigosa. Esse medo é elitista e discriminador."

muitos meninos e muitas meninas não terão acesso à educação infantil naquele momento. Isso é extremamente antidemocrático", analisa a secretária.

Na visão do professor de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília Benny Schvasberg, o conceito de espaço público é fundamental para entender a concepção do urbanista Lucio Costa. "Esse debate deveria ser marcado por uma compreensão da preservação como patrimônio. Existem áreas destinadas a equipamentos públicos", diz o pesquisador. Ele explica que os espaços das quadras não são de uso exclusivo das comunidades vizinhas a elas. "O público frequentador não é exatamente o de moradores. É preciso haver regras, ouvir a comunidade, mas com parâmetros que aumentem o raio de influência. Mais pessoas têm que ser ouvidas quando se trata de equipamentos públicos", define.